

COMENTÁRIO SOBRE AS PROVAS OBJETIVAS

A preferência que, nos últimos anos, se vem dando às provas, de caráter objetivo, na aferição do rendimento da aprendizagem, deve-se ao alto grau de segurança que êsse tipo de medida oferece.

Valendo-nos do poder discriminativo das provas objetivas, visamos, ao aplicá-las, entre outras finalidades:

- 1 — estabelecer o grau mínimo de promoção, de acôrdo com o limite inferior da área da normalidade;
- 2 — grupar os alunos em classes homogêneas, segundo o teor do aproveitamento evidenciado nas diferentes disciplinas.

A elaboração de uma prova objetiva graduada, como tôda atividade de cunho científico, é trabalho longo e minucioso. Várias são as etapas por que êle se processa. Podemos sintetizá-las em cinco principais, às quais outras se subordinam:

- I — Planejamento.
- II — Experiência.
- III — Organização.
- IV — Manejo.
- V — Análise dos resultados.

I — Planejamento

Do planejamento inicial depende o êxito de qualquer empreendimento. As provas objetivas exigem:

- 1 — um planejamento detalhado em que se estabeleça, em visão panorâmica, o conjunto das atividades inerentes à boa marcha do trabalho;
- 2 — determinação prévia do modo de apresentação das diversas questões;

- 3 — previsão do tempo a empregar e do material necessário;
- 4 — estudo acurado do programa do currículo a fim de fixar os pontos capitais a serem medidos em cada série e disciplina.

II — Experiência

As questões empregadas na prova têm a sua objetividade assegurada através de uma experiência prévia.

Esta é feita com a colaboração de grupos de alunos das diversas séries, estatisticamente determinados, aos quais são dadas a resolver as questões elaboradas para utilização na prova final.

A percentagem de acertos obtida na resolução de cada questão por êsses alunos, autênticos representantes das possibilidades de toda a população escolar, será o valor com que a mesma vai figurar no quadro de compensação das questões da prova definitiva. Torna-se, assim, possível construir uma prova objetiva rigorosamente graduada.

A prova experimental tem suas etapas particulares:

1 — *Elaboração das questões* — Ao elaborar as questões, visa-se, em primeiro lugar, medir o conhecimento dos aspectos básicos do programa mínimo. Daí a necessidade do conhecimento prévio desses pontos fundamentais, a fim de que não se elaborem questões que versem sobre partes pouco significativas da matéria em estudo, deixando de lado conhecimentos indispensáveis.

Passa-se, a seguir, à escolha do tipo de questão a empregar, visto que nem todos os tipos se adaptam a qualquer matéria.

O número de questões elaboradas deve ser bem maior do que o previsto para a aplicação, possibilitando o critério de graduação da prova e a eliminação daquelas que, submetidas a crítica, sejam ambíguas ou apresentem qualquer falha que passe inadvertida ao elaborar as mesmas.

2 — *Apresentação* — É de grande importância a apresentação da prova experimental. Deve se revestir da mesma forma da prova definitiva, pois qualquer modificação, nesse sentido, importa em alterar o valor da questão, visto que o grau de dificuldade não está só no conteúdo do exercício. A mesma questão, apresentada sob formas diferentes, determina diferentes percentagens de acerto, do que resultam diversos graus de dificuldade.

Na forma dos exercícios, que deve variar de acôrdo com a série, e na disposição atraente dos mesmos, reside a garantia do interêsse dos alunos em realizar o trabalho.

3 — *Aplicação* — Pelo seu caráter especial, a aplicação das provas experimentais é feita diretamente pelo C.P.O.E.. Determinadas as escolas que vão constituir o campo experimental, são as provas aplicadas, como já se disse anteriormente, a certo número de crianças capazes de constituir uma amostra significativa da população escolar.

Observa-se, então, a reação das crianças em face da prova e o tempo gasto pelos 84,13 % dos alunos na solução das questões.

4 — *Correção e seleção* — Segue-se a correção do material coligido. Nessa ocasião, são estudadas as respostas suscitadas pelas questões. Apesar da seleção prévia, aparecem algumas com duas ou mais respostas admissíveis, fugindo assim ao requisito da prova objetiva: resposta única. São, por êsse motivo, rejeitadas. As que motivam sinonímia nas respostas são aproveitadas, anotando-se essa modalidade para uso nas chaves de correção.

5 — *Avaliação das questões* — Procede-se, em seguida, à tabulação dos acertos e erros verificados em cada questão.

A percentagem de acertos sôbre a totalidade da amostra dará o grau de dificuldade da questão.

III — Organização

Com o material experimentado e graduado, acrescido do já existente no fichário do C.P.O.E., organiza-se a prova definitiva. Também essa obedece a uma série de condições que devem ser observadas em etapas sucessivas. São elas:

1 — *Determinação do número de questões* — Êsse número varia, de acôrdo com a série a que se destina. Os alunos das últimas séries, pelo desenvolvimento natural e pelo exercício de hábitos já adquiridos, estão em condições de executar um trabalho mais longo do que o destinado às primeiras séries. Surge, então, a necessidade de calcular, para cada série e disciplina, o número de questões fáceis, médias e difíceis relativas à extensão da prova total.

2 — *Compensação das questões* — Uma prova bem equilibrada deve conter, a par das questões de dificuldade média, mais numerosas, algumas de solução fácil e outras difícil, em número proporcional à extensão da prova.

Para obter o equilíbrio da prova, as questões devem ser selecionadas. Há necessidade da organização de um quadro prévio, onde se estabeleça a perfeita compensação das questões pelo seu grau de dificuldade.

O quadro anexo exemplifica essa parte do trabalho.

3 — *Apresentação da prova* — Não basta que a prova seja cientificamente elaborada. É importante, também, a sua apresentação. A par da graduação dos exercícios, deve-se cuidar que o seu aspecto geral desperte o interesse da criança, que a impressão seja nítida, os tipos adequados, o papel de boa qualidade.

IV — Manejo

Para garantir à prova o seu cunho de objetividade, é preciso que haja rigorosa uniformidade no seu manejo. Daí a necessidade das instruções gerais e especiais, que norteiam todo o trabalho, e das chaves de correção.

1 — *Instruções gerais* — Referem-se a medidas de caráter geral, a providências que devem ser tomadas à margem da prova, antes e depois da sua realização.

Como se destinam a tôdas as escolas primárias do Estado, devem ser muito explícitas, pois grande número de escolas estão situadas em localidades que não permitem um entendimento rápido e direto com a autoridade competente, no caso de surgir qualquer dúvida, motivada por omissão de algum detalhe.

2 — *Instruções especiais* — Destinam-se a guiar o trabalho de aplicação da prova de cada série. São elaboradas com base nas provas experimentais: mais explícitas as que se destinam aos primeiros anos, em que todo trabalho depende da orientação direta do professor; mais suscintas as das outras séries, constituídas de crianças de maior escolaridade e, portanto, já habituadas ao trabalho independente.

3 — *Chaves de correção* — São elas outro esteio da objetividade da prova.

Elaboradas mediante as respostas fornecidas pelos escolares na experiência, garantem a uniformidade absoluta na apuração e, portanto, a justeza dos pontos atribuídos a cada prova.

V — Análise dos resultados

Aplicada e apurada a prova, lançados os pontos obtidos nas listas de exame, inicia-se o tratamento estatístico, destinado a analisar os resultados.

Com êsse fundamento, estabelecem-se os limites mínimos de promoção e se classificam os alunos promovidos em "fracos", "médios" e "fortes", segundo o número de pontos por êles obtidos nas diferentes disciplinas.

Não obstante as vantagens que citamos, podem as provas objetivas perder muito de sua validade, como meio científico de verificar o rendimento da aprendizagem, se em sua aplicação e correção não se contar com a colaboração esclarecida e sincera da totalidade dos professores aos quais está afeto êsse trabalho.

* * *

Distribuídos os boletins de promoção dos alunos e sua classificação em turmas para o período letivo seguinte, passa o C.P.O.E. a se dedicar ao estudo dos múltiplos aspectos escolares evidenciados pelo resultado da aplicação das provas objetivas de aproveitamento escolar.

RENDIMENTO ESCOLAR

As provas objetivas permitem-nos fazer um estudo comparativo do rendimento da aprendizagem nas diferentes unidades de ensino.

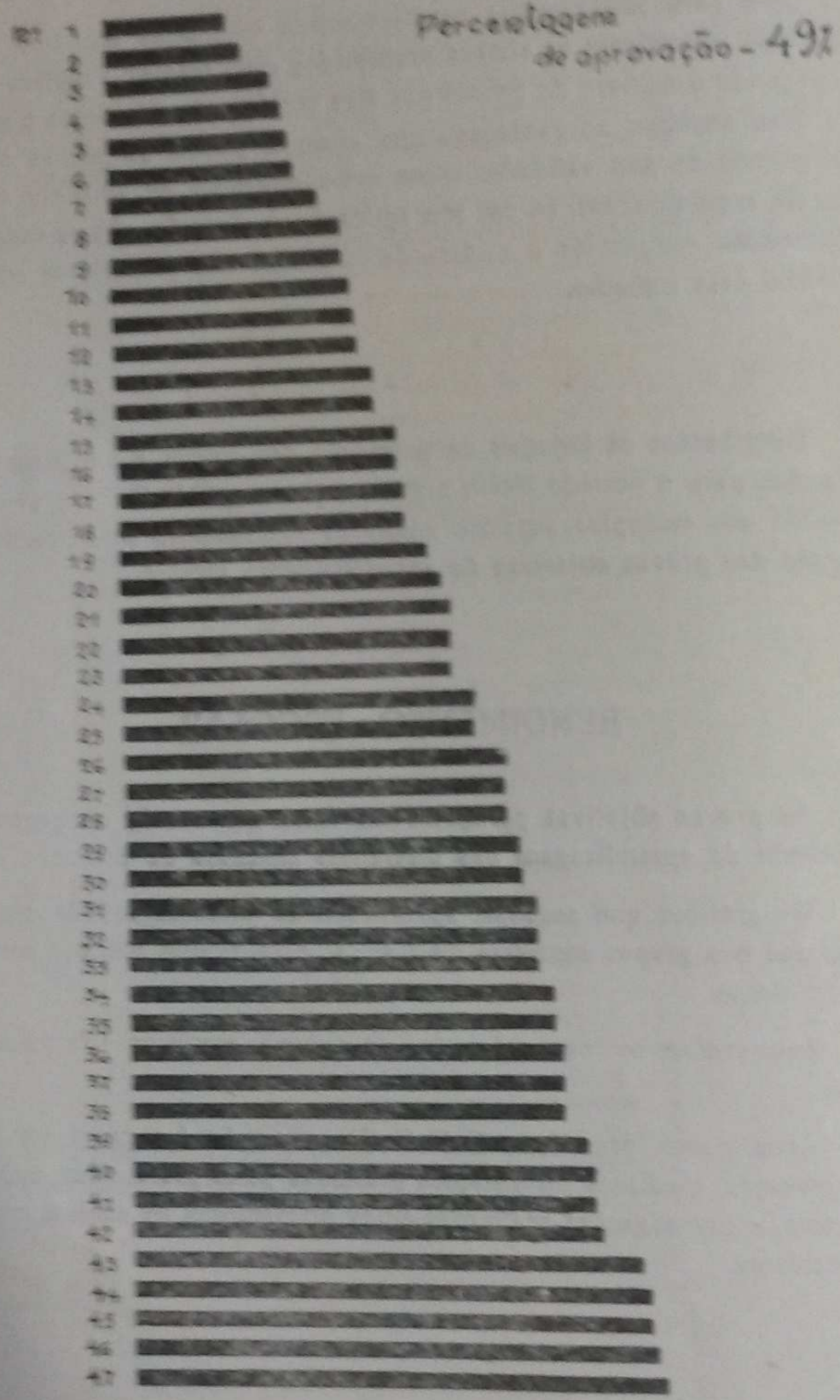
Os gráficos que seguem, apresentam as percentagens de promoção alcançadas nos grupos escolares da Capital e calculadas sôbre a matrícula real da classe.

Inscreveram-se na ordenada os grupos escolares sob forma numérica.

Anualmente, procede o C.P.O.E. ao estudo das prováveis causas da reprovação, mediante informações prestadas pelos professores, nas listas de exame, e investigações realizadas pelos orientadores de ensino, nos grupos escolares.

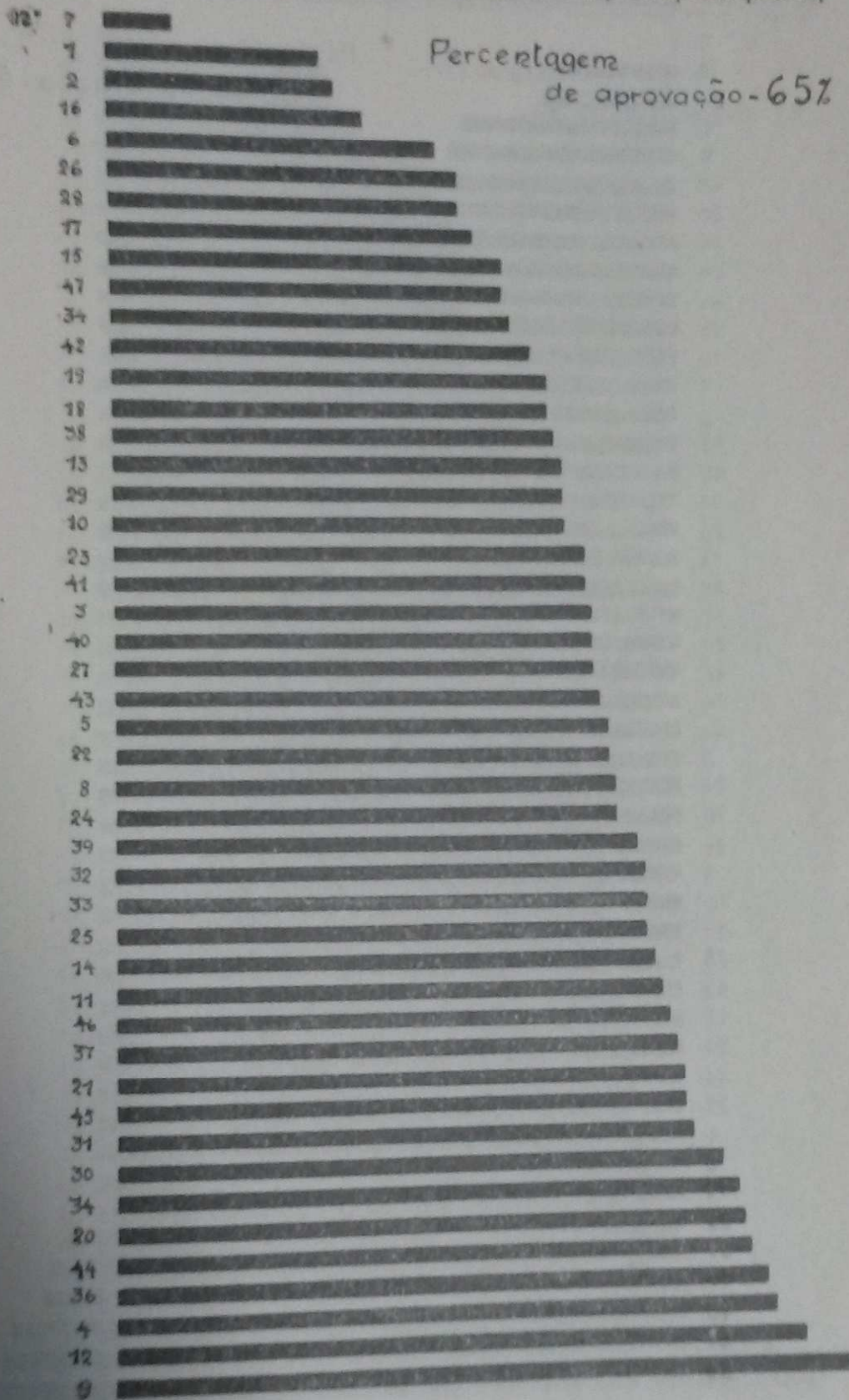
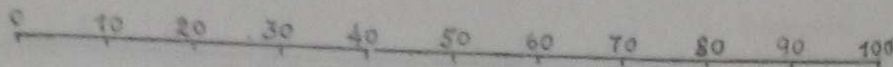
RENDIMENTO DA APRENDIZAGEM NOS GRUPOS ESCOLARES DA CAPITAL — 1948 1.º ANO

Grupos Escolares 0 10 20 30 40 50 60 70 80 90 100



2.º ANO

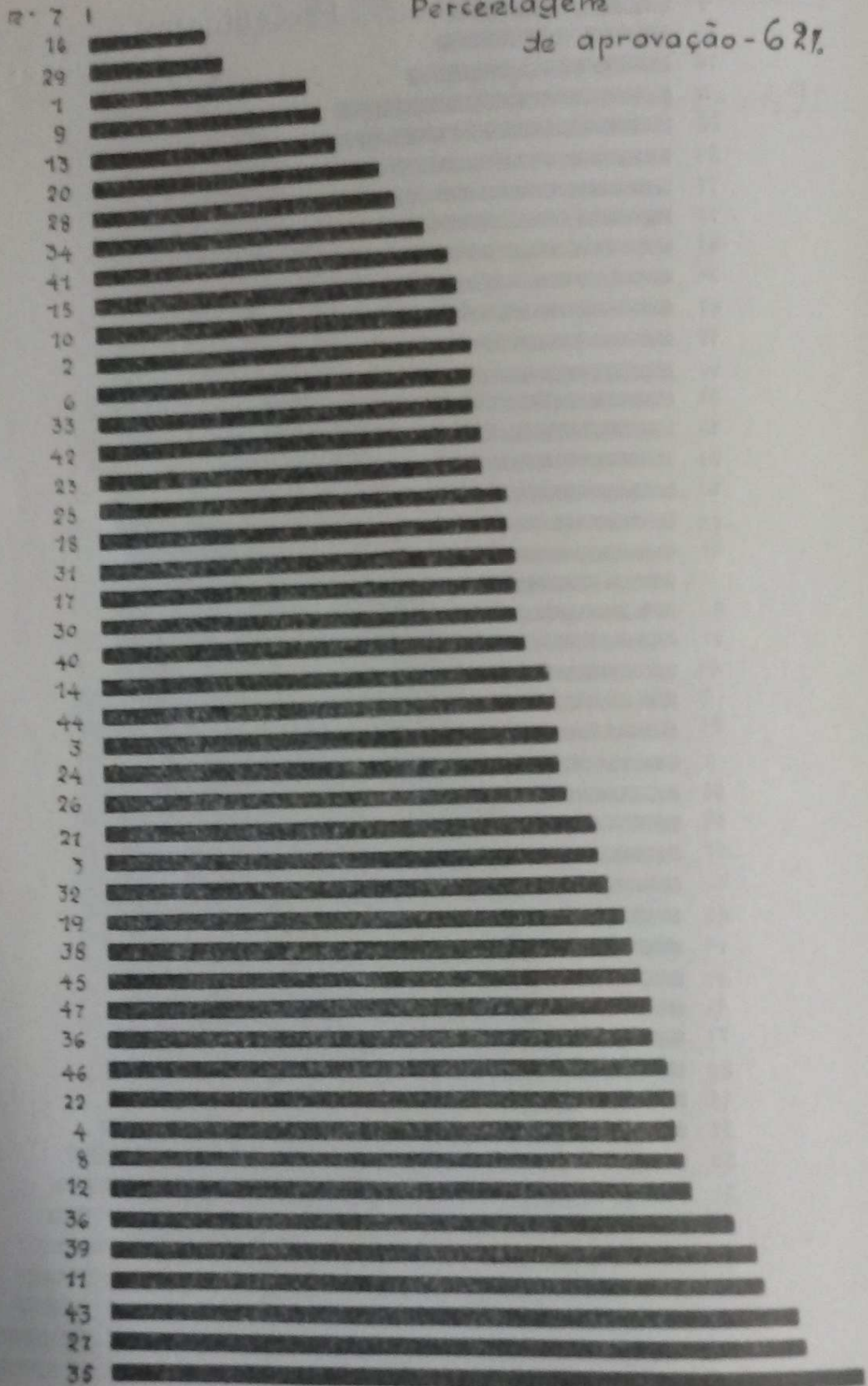
Grupos Escolares



3.º ANO

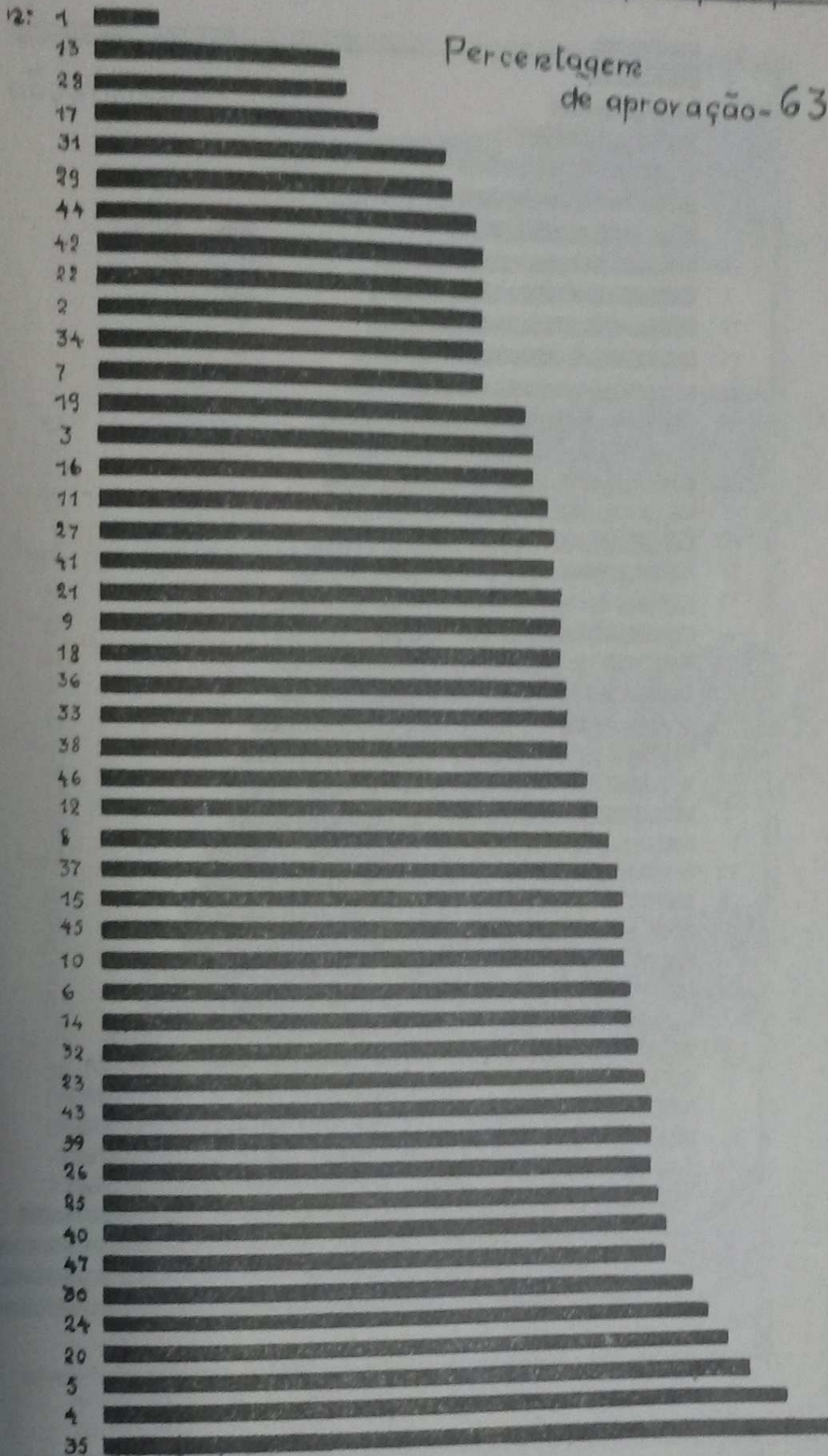
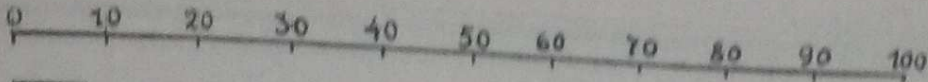
Grupos Escolares 0 10 20 30 40 50 60 70 80 90 100

Percentagem de aprovação - 62%



4.º ANO

Grupos
Escolares



5.º ANO

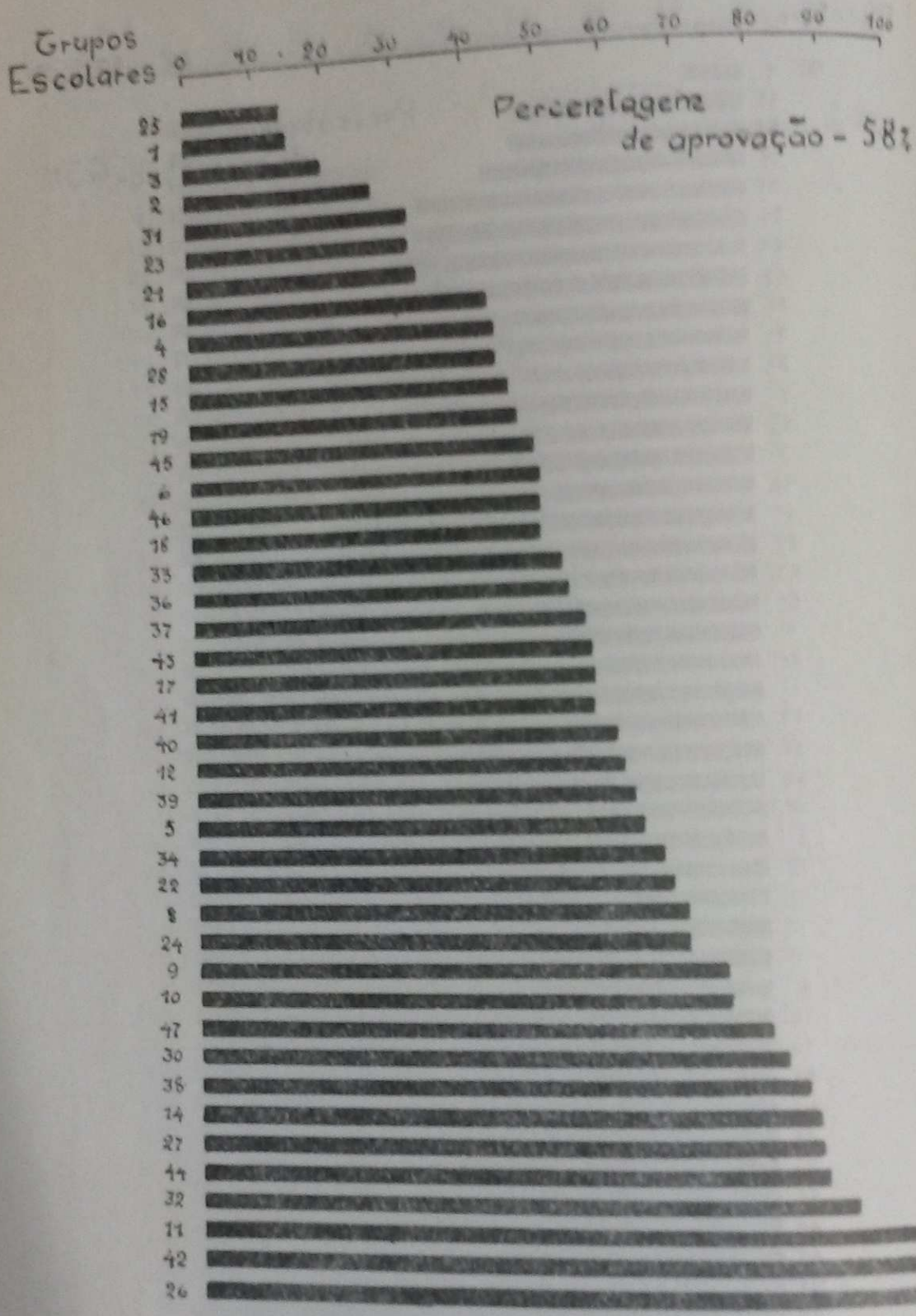


Gráfico comparativo das percentagens de aprovação
nos Grupos Escolares da Capital

